fosse idêntica à praticada com relação ao Brasil. Entretanto, parece que isso não ocorreu. Assim, durante a guerra civil norte-americana, se a Inglaterra não ajudou o Sul, manteve-se numa posição de estrita neutralidade que, evidentemente, contrariava princípios da ideologia liberal.

Finalmente, o próprio Graham em trabalhos posteriores demonstra como o liberalismo econômico foi um instrumento da expansão capitalista inglesa que incorporou o Brasil durante a segunda metade do século XIX e até cerca de 1914.

A tese equivocada, entretanto, não diminui a importância do trabalho de Graham, que contém inúmeras informações de fundamental importância para o estudioso do período. Assim, as páginas sobre o desenvolvimento ferroviário no Brasil, o comércio de importação-exportação e os investimentos ingleses na infra-estrutura urbana brasileira fornecem subsídios difíceis de serem encontrados. O trabalho de pesquisa realizado pelo autor é extremamente bem feito e demonstra a sua competência técnica e o seu grande conhecimento das fontes brasileiras. □

Manoel Tosta Berlinck

## História e desenvolvimento

**A contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro.**

Por Caio Prado Jr., São Paulo, Editora Brasiliense, 1972. 92 p.

Com que perspectiva nos acena a atual política econômica? Como se apresenta, como se comporta e para onde aponta o "modelo" que se escolheu como baliza de nosso desenvolvimento? Estas indagações precedidas de diagnósticos pouco otimistas, quando analisadas à luz da história, lastreiam a tese de Caio Prado Jr., que, entre 1971 e 1972, revisou-a e atualizou-a para constituir o presente livro, na expectativa de que o mesmo desse uma abertura de perspectiva e incitasse historiadores e economistas a retomarem o assunto.

A sua tarefa essencial neste trabalho ocupa-se da proposição da abordagem historiográfica nos estudos que ora se voltam ao crescimento econômico e desenvolvimento nacionais, por constituirem tema essencialmente históricos. Dirige-se ao historiador brasileiro "que lida com dados essenciais e imprescindíveis para o conhecimento e interpretação do presente", para que ele faça voltar a sua atenção àquelas circunstâncias históricas passadas que se manifestam nas que ora vivemos. Tem a história como fonte informativa e explicativa do processo de desenvolvimento do nosso País, o que lhe permite compreender a especificidade de nossa formação e a partir daí estabelecer as premissas para uma política econômica que nos seja realmente adequada.

Aos economistas ortodoxos, principalmente àqueles por meio dos quais se exprime e se realiza a nossa política econômica, o autor pretende mostrar que "a análise econômica como decorrência de sua própria natureza e estilo de trabalho, e privada de uma suficiente perspectiva histórica irá ocupar-se do assunto com seus métodos específicos e exclusivos, e por isso, altamente insuficientes para a abordagem e consideração dele em seu conjunto e totalidade".

Isto significa que o tratamento a partir de "modelos teóricos" coloca os fatos de forma simplificada e esquemática e, nessa medida, distorcidos. Ao considerarem apenas os fenômenos possíveis de mensuração, trabalhados num esquema de variáveis, limitam-se a conceituar desenvolvimento em termos de crescimento econômico.

O autor diz que esses modelos seriam válidos se servissem de hipóteses de trabalho, sendo modificados conforme o decorrer da pesquisa, levando em conta a especificidade dos fatos históricos concretos; mas ocorre justamente o contrário: são formulados em definitivo **a priori**, para orientação da pesquisa e são os acontecimentos históricos que entram como "encaixe" no

modelo. E o que torna a sua utilização mais agravante é que os modelos, normalmente aplicados por nossos economistas ortodoxos, fazem parte da teoria do desenvolvimento, elaborada a partir da análise do ciclo econômico, que, por sua vez, é expressão do sistema capitalista dos países mais desenvolvidos e pioneiros (Europa Ocidental e Estados Unidos): "tais modelos se prestam mal, ou não se prestam de todo para a visualização e análise dos fatos que não são aqueles precisamente em cuja base eles foram construídos, ou seja os fatos característicos de um capitalismo maduro". (p. 22.)

Refere-se, em última análise, à intransferibilidade dos modelos, das soluções, das proposições dos países desenvolvidos para os ditos subdesenvolvidos, pois estes não tiveram em suas origens as formas clássicas das quais emergiu o capitalismo. Dessa forma, somente através da história de nosso País, da análise acurada do processo socioeconômico em curso e do desenvolvimento brasileiro, é que se poderá equacionar as diretrizes de uma política econômica e construir um modelo novo.

Do capítulo 3 ao 9 o autor traça linearmente, em largas passadas esquemáticas, mas numa linguagem precisa e densa, a evolução político-econômica brasileira, desde os primórdios, fazendo vir à tona os fatos e contradições mais significativos, não em si mesmos, mas em sua projeção futura, aquelas contradições que ainda vivenciamos em seus desdobramentos.

Este quadro objetiva ressaltar a natureza, a substância ou, como diz o autor, a "qualidade" de nossa formação, o sentido que aqui teve a colonização e o caráter inicial que esta lhe imprimiu. Pretende sobretudo enfatizar que os problemas-chave brasileiros são derivados de sua posição marginal e periférica enquanto colônia, modificando-se pouco quando promovido à nação independente e continuando a se manter essencialmente fornecedor de produtos primários ao mercado internacional.

Daí as transformações fundamentais sofridas serem geralmente ditadas por mudanças na "ordem internacional" (capitalismo industrial) que impelem o País a continuar exercendo a mesma função, apenas em circunstâncias diferentes.

Formam-se assim lenta e sucessivamente contradições internas e externas, cada vez mais complexas, evoluindo para problemas irreparáveis em nossos dias: "a problemática do crescimento econômico e desenvolvimento que é a matéria central da presente tese, situa-se precisamente na superação de tais contradições". (p. 32.) Mas, neste livro, o autor não chega a propor a forma de superação dessas contradições, apenas as diagnostica. Conforme é sua tese, faz a análise em perspectiva histórica, desde a fase de extração do pau-brasil, quando já se tinha "uma amostra de como seria o padrão da futura organização das relações de produção", passando pelos ciclos do acúcar, do café, até a industrialização, salientando os acontecimentos mais relevantes no que se refere à sua projeção no presente.

Quando falamos em diagnóstico, não nos referimos a profecias. O valor de um diagnóstico não consiste na previsão como tal, mas sim nas razões apresentadas em prol das afirmações, na acuidade da análise dos fatores que condicionam a marcha dos acontecimentos.

A notória experiência de Caio Prado Jr. no tratamento desta problemática do desenvolvimento econômico brasileiro acrescida de uma larga visão do historiador que é, demonstram que a persistência de suas preocupações e diagnósticos são frutos de uma escrupulosa reflexão.

Realmente, o desenvolvimento destaca-se como a nossa grande aspiração, mas é preciso que nos adentremos um pouco mais nessa questão e a análise de Caio Prado Jr. destina-se justamente a descobrir as articulações configuradas sob a aparência.

Nesse sentido, o autor observa que "a economia brasileira se vem mantendo e estimulando graças sobretudo a um maciço e por enquanto ainda crescente afluxo exterior de recursos sob forma de empréstimos e inversões. É somente assim — a par da forte inflação que contribui com a sua artificiosa e tóxica excitação dos negócios — que logramos fazer face aos pesados encargos relativos a pagamentos externos de juros e amortizações de débitos que se acumulam, e de rendimentos de capitais estrangeiros aqui aplicados, que é o que nos custam a aparente normalidade de nossa economia e os ilusórios progressos que nele se verificam". (p. 9.)

Traduz-se dessa forma a visão fundada na história, pois esta faz envolver a todo instante com sua linha contínua a posição dependente de nossa economia satélite, formada e organizada para atender objetivos e necessidades que lhe são estranhos, e que permite ao autor perceber para além do crescimento econômico que se apresenta no momento. É assim que ele vê as dívidas crescentes, anota as contrapartidas desniveladas e, como resultado, um aumento desproporcionado de compromissos que se enca-

minham para ultrapassar-lhe a "potencialidade".

Não apresenta, no entanto, nenhum caminho simples para as dificuldades com que se depara, apenas formula as questões básicas de tal modo a torná-las suscetíveis de abordagem pelos especialistas. O seu trabalho faz avançar a análise histórico-social retrospectivamente, dado que os problemas atuais não podem ser compreendidos desvinculados de suas raízes, assinalando o quadro das contradições formadas, pois somente a partir deste será possível erigir as linhas de uma nova base (teórica e prática), própria ao caso brasileiro.

E para completar nossa apreciação à obra de Caio Prado Jr., cumpre-nos ressaltar o seguinte: a referência a certos fatos mais recentes, feita pelo autor, poderiam eventualmente dar margem a questões como: a) não estariam tais fatos ainda comprometidos com a atual conjuntura, incorrendo o autor num possível erro? b) a problemática proposta pelo autor, ou seja, o tratamento dado ao crescimento econômico e desenvolvimento, não faria parte também daquele remoinho próprio de situações político-econômico-sociais prestes a atingir seu ponto de saturação, na qual modelos, esforços, ideologias e as mais diversas proposições digladiam-se sem encontrar saída?

Em nossa opinião, tanto uma quanto outra questão são improcedentes. Com relação à primeira, o autor supera o comprometimento, indo além da conjuntura, mostrando-se mais como um observador da estrutura. Elimina a idéia de que a distância no tempo é importante para a consideração serena dos fatos, impondo-se como um observador atento aos fatos que se sucedem diariamente, em profundidade. Quanto à segunda, a idéia de tratar o problema sobre o desenvolvimento brasileiro, brota — e nisto não vemos nenhuma fonte de erro — dessa situação apontada; contudo, a problemática abordada é muito mais abrangente, no sentido de estar acima das proposições de soluções características desse tipo de conjuntura. Porque não se trata de mais uma saída para a questão, mas de propor que a teorização do problema seja articulada na própria **praxis,** isto é, no conjunto de fatos históricos concretos do qual faz parte. Aqui, a história não é vista como um fim em si mesmo, mas como um método de investigação necessário à formulação da teoria.

Por fim, o próprio subtítulo da obra **História e desenvolvimento** — A contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro — indica o intento do autor de pôr em equação as linhas básicas desta problemática, através das forças históricas que lhe deram origem.

No entanto, limitamo-nos a comentar apenas do ponto de vista teórico, devendo esclarecer mais uma vez ter sido a parte prática, a história que o autor desenvolveu desde os inícios da colonização até o presente, que nos permitiu chegar a tais apreciações. □

Cleide de Oliveira Vilão

## Administração por objetivos: uma crítica

Por João Bosco Lodi. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1972. 119 p. Bibliografia. Ilustrado por Eduardo Östergren. Prefácio de 8 páginas.

Esta interessante obra de Lodi caracteriza-se por três fatores:

1. É uma primeira tentativa válida de criticar o sistema de administração por objetivos.

2. Revela ao público um grande desenhista de ilustrações de humor administrativo que faz falta em muitas obras sérias para desanuviar um pouco a extensão verbal do conceito apresentado sob forma impressa.

3. Apresenta uma bibliografia de 188 títulos sobre o assunto em pauta.

O autor quer que os leitores tenham lido o seu livro anterior. De fato, um conhecimento básico sobre ApO é necessário para não se perder o fio da meada dentro de uma obra, cujos três capítulos e duas entrevistas estão com um nexo relativamente tênue: